

Carta do Editor

Ladislau Dowbor

Professor programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP

ladislau@dowbor.org

Mariza Mathis

Mestranda em Economia Política (PUC-SP) mariza.mathis@gmail.com

Isadora Teixeira Araújo

Mestranda em Economia Política (PUC-SP) isadorateixeiraaraujo21@gmail.com

Ana Carolina Gimenes

Mestranda em Economia Política (PUC-SP) ana.c.gimenes@hotmail.com

Rebeca Junqueira C de Carvalho

Mestranda em Economia Política (PUC-SP) bequinha_junqueira@hotmail.com

A 56ª (2) edição de **Pesquisa & Debate** é publicada em meio a um ambiente acadêmico, político e religioso que tem unido grandes personalidades em prol de uma nova economia. Uma economia que deve servir à sociedade. Que deve preocupar-se em procurar soluções para as demandas ambientais, sociais e financeiras, de modo a instaurar um senso mais cooperativo, colaborativo e distributivo entre as pessoas, os setores, as empresas, as instituições e os governos.

Essa mudança sobre o que é pensado a partir da lógica econômica, reverte fortemente a dominância do neoliberalismo - que se sustenta desde o final da década de 1970, mantendo a ideia de que as pessoas devem servir à economia. Uma ideia que se amparou em refúgios teóricos e políticos suficientes para criar não só desigualdades sociais, mas sim, fraturas sociais. Pôde também ser suficiente para devastar biomas, florestas, gerar crises hídricas e valorizar um capital que nada produz, apenas valoriza a si mesmo.

Felizmente, os novos tempos têm dado destaque para o que é conhecido como “Economia de Francisco e Clara”, constituindo um movimento que conta com grandes lideranças, como o Papa Francisco, além de prêmios Nobel, como Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs, Amarty Sen, Vandana Shiva, Mohammad Yunus, Kate Raworth e outros personagens de primeira linha mundial. A partir disso, tem se discutido

uma nova maneira sobre pensar em economia e, sobretudo, o que é ensinado nos cursos de graduação em ciências econômicas. Isso tem significado alinhar justamente o que se descreveu acima, como colocar o sistema a serviço das pessoas. E no que se refere ao que é ensinado nos cursos de graduação em ciências econômicas, há um consenso formado de que as grades curriculares devem incluir matérias que ensinem mais sobre os problemas reais, como crise energética e ambiental, pensando em soluções, do que modelos econômicos que não ajudam a pensar nisso.

Por isso, no dia 12 de dezembro de 2019, Joseph Stiglitz e vários professores de grandes universidades pelo mundo se reuniram em uma vídeo conferência, com a finalidade de endossar e dar procedência sobre esse novo pensar em economia. Assim, se destaca que a PUC/SP foi um dos lugares que sediou esse vídeo conferência, e que o professor Ladislau Dowbor – editor chefe da Revista Pesquisa e Debate - foi quem a coordenou.

Referente aos artigos, o primeiro desta edição é do autor **Dennis M. Bushnell**, que também é cientista chefe da NASA. Em seu trabalho, busca descrever as melhores maneiras de acelerar a mudança dos setores industriais para que haja economias circulares competitivas, renováveis e altamente eficientes.

Já o segundo artigo, foi produzido por **Ana Claudia Del Ciel** e discute sobre a política social no contexto da mundialização da financeirização, destacando as implicações na relação entre o capital e as políticas públicas. Aborda também algumas das principais mudanças e impactos nas políticas sociais no Brasil, que são submetidas as políticas de ajuste fiscal e a hegemonia da agenda neoliberal.

O artigo seguinte é de autoria de **Felippe Clemente** e **Evaldo Henrique da Silva**. Nesse trabalho, investigaram a relação entre participação dos parlamentares nas discussões da Lei do Bem e as contribuições de campanha recebidas na 52^a Legislatura, eleitos no ano de 2002. Para complementar, foram analisadas reportagens contendo informações e sinalizações a respeito da Lei do Bem. Os resultados principais apontaram para coordenação entre grupos de interesses e trâmites do projeto de lei no Congresso Nacional, destacando participação expressivas das grandes empresas e indústrias nacionais e estrangeiras, que seriam



as mais beneficiadas com a proposta de isenção fiscal, caso a lei fosse (como foi) aprovada.

O terceiro artigo da edição tem como autores **Marcelo Garcia Silveira, Eduardo Angeli e Ivan Colangelo Salomão**. Neste trabalho, os autores têm o objetivo de agregar novos argumentos ao arcabouço teórico que contempla a teoria novo-desenvolvimentista por meio abordagem da Complexidade Econômica. Desse modo, procuram sustentar a ideia de que a complexidade econômica contribui para destacar a centralidade do setor industrial como indutor das inovações e da diversificação da pauta exportadora para o desenvolvimento econômico das economias periféricas.

Já o quarto artigo, têm com autoras **Nair d’Aquino Fonseca Gadelha e Regina Maria d’Aquino Fonseca Gadelha** e analisa o agravamento da atual crise sobre os trabalhadores brasileiros submetidos à Lei nº 13.467, promulgada em 13 de julho de 2017, e que alterou o texto legal da CLT. Especial atenção é dada à problemática da profunda desigualdade estrutural que discrimina de maneira ideológica mulheres e negros no mundo do trabalho, à luz das categorias analíticas desenvolvidas pelo cientista social Aníbal Quijano.

O artigo seguinte é de **Lucas Mikael da Silva dos Santos**. Seu trabalho visa apresentar as principais visões da literatura econômica brasileira sobre o processo denominado como desindustrialização. Seu trabalho demonstrou que existem diversas linhas de pensamento na discussão: como, por exemplo, o grupo capitalizado pelos chamados “novos-desenvolvimentistas”, que destacam a causa nefasta da apreciação cambial e da abertura financeira/comercial das últimas décadas para o país, afetando não apenas as atividades industriais, como também o desenvolvimento econômico a longo prazo da sociedade; ou, como contraponto, os adeptos ao pensamento econômico ortodoxo, argumentando que as reformas macroeconômicas adotadas pela nação a partir da década de 1990, não tiveram um impacto negativo para a indústria do país e que a valorização do câmbio modernizou e ampliou o parque industrial, pois possibilitou para a indústrias brasileira aumentar as suas importações de máquinas e de equipamentos mais avançados.

Seguindo a ordem da edição, o trabalho que se segue é dos autores **José Ricardo Nogueira e Rozane Bezerra Siqueira**. Nele, explana-se que a literatura



recente sobre mensuração de pobreza e desigualdade tem documentado e chamado atenção para diferenças encontradas, para diversos países, na estimação de indicadores de bem-estar, quando são confrontados resultados baseados na utilização de renda corrente com aqueles utilizando gasto como base. A partir disso, investigaram qual dos conceitos entre renda ou gasto é mais adequado para a análise distributiva de políticas econômicas. Assim, objetivaram reportar, para o Brasil, evidências da existência de discrepâncias entre dados de renda e de gasto para domicílios brasileiros e a implicação disso para o cálculo de indicadores de pobreza e desigualdade.

O sétimo artigo desta edição é de autoria de **José Marcos de Oliveira Redighieri**. Em seu trabalho, procura revisar o tradicional papel dado ao sistema bancário pela teoria econômica convencional. Isso foi feito, em um primeiro momento, através da apresentação do descrédito ventilado dentro da própria ortodoxia ao modelo de intermediários neutros. Em um segundo momento, através da recuperação da categoria capital portador de juros, de Marx, e agregando a esta análise as considerações de Minsky sobre o comportamento bancário moderno, busca-se sugerir que o papel desempenhado por este sistema seja um de gerência ativa da atividade econômica.

Assim, o oitavo artigo de **Isaías Albertin de Moraes, Hermano Caixeta Ibrahim e Carlos Eduardo Tauil** tem como objetivo investigar o pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico e o papel do Estado frente ao capital externo no Brasil. A hipótese que a pesquisa levanta é que na primeira fase do pensamento de Furtado o papel do Estado é intervencionista-empREENDEDOR, porém, em outra fase, Furtado ressalta um caráter mais insurgente-vanguardista ao seu Estado desenvolvimentista.

O nono artigo foi feito por **André Correia Bueno** procura obter um maior embasamento teórico sobre o que seja financeirização e como esse processo se iniciou. É apresentado um breve panorama da desigualdade em âmbito mundial, observando a evolução da renda e sua relação com a financeirização. Então, efetua-se uma análise contrastante a abordagem de Piketty (2014), posto que detém problemas metodológicos. Concluiu-se, assim, que o processo de financeirização



possui uma relação direta com a elevação da desigualdade mundial, principalmente nos lugares em que esse processo se apresenta mais enraizada ao sistema.

Por fim, **Ladislau Dowbor** resenha sobre o livro escrito de Joseph Stiglitz intitulado "*People, Power and Profits: Progressive capitalism for an age of discontent*". Ladislau disserta em seu texto pontos que Stiglitz expôs em seu livro tecendo uma forte crítica a lógica rentista, financeira e sem governança a serviço da sociedade que tem vigorado no mundo. Em síntese, elogia o livro, destacando que nele, absurdos são claramente expostos, assim como os caminhos que devem ser seguidos. Salienta que as propostas convergem com o novo consenso planetário que está sendo construído para confrontar o sistema que assola o planeta. Como por exemplo taxar o rentismo improdutivo. Contudo, endossa que o que tende a ser um obstáculo para o Brasil, é o país presidir um governo que impõem medidas que avançam rapidamente para o passado.